

DA TEORIA URBANA AO REGIME URBANO: CONTRIBUIÇÕES COMO TEORIA E COMO MÉTODO PARA INTERPRETAR AS RELAÇÕES DE PODER INTERATIVAS NA CIDADE

Barbara Lucia Pinheiro de Oliveira França
Geógrafa

Doutora UFMG/Universitat de Barcelona UB
Pesquisadora Pós-doc Faperj Observatório das Metrópoles

RESUMO

Este capítulo tem o propósito de resgatar contribuições teóricas e metodológicas dos estudos urbanos relacionados à Teoria do Regime Urbano (TRU), presentes na literatura internacional, mais precisamente na academia anglófona. Inicialmente, contextualiza-se a origem teórica da TRU. Em seguida, faz-se a exposição de seu conceito, que, de acordo com seus principais estudiosos, se refere, sumariamente, à leitura de coalizões existentes na cidade e a capacidade de influência dos diversos atores públicos e privados da arena urbana no processo de definição, molde, propósito e rumo da agenda de desenvolvimento. Na terceira parte do artigo resgata-se a anatomia metodológica da TRU, a partir de algumas de suas principais variáveis explicativas (condições de mercado, apoio intergovernamental, controle popular, cultura local), que se consubstanciam em um quadro tipológico de Regime Urbano à escala local e global.

PALAVRAS-CHAVE: Regime Urbano. Coalizões urbanas. Política urbana.

ABSTRACT

This article aims to rescue theoretical and methodological contributions from urban studies on the Urban Regime Theory (URT), present in international literature, mainly in the English-speaking academy. First, the theoretical origin of URT is contextualized. Then, the concept is exposed, which, according to the main scholars, refers to the reading of existing coalitions in the city and the capacity to influence the various public and private actors of the urban arena in the process of definition, mold, purpose and direction of the development agenda. In the third part of the article, we recover the methodological anatomy of URT, based on some of its main explanatory variables (market conditions, intergovernmental support, popular control, local culture), which are embodied in a typological framework of Urban Regime at local and global scale.

KEYWORDS: Urban Regime. Urban coalitions. Urban Policy.

INTRODUÇÃO

Quanto a Boaventura de Sousa Santos, a sua resposta é extremamente pormenorizada e não ilude nenhuma das dificuldades que hoje se levantam. Qual a hipótese de uma Teoria Crítica quando nos confrontamos com a ressaca das promessas da modernidade não cumpridas, com a apropriação e indistinção das

bases e ícones das posições críticas, com a indefinição da figura do inimigo, com o domínio do conhecimento-emancipação pelo conhecimento-regulação, com a passagem de uma hegemonia por consenso para uma hegemonia invisível por resignação ou com a generalização de uma atitude de espera sem esperança? A resposta é também pormenorizada mas baseia-se numa posição de princípio: 'O objectivo central é, pois, o de desenvolver teorias, horizontes analíticos e conceptuais que credibilizem esta atitude crítica sobretudo junto daqueles, presumivelmente muitos, que sentem que as razões da indignação e do inconformismo não estão apoiadas pela indignação e o inconformismo da razão' (COELHO, 2000).

Este capítulo tem por propósito resgatar o desenvolvimento dos principais elementos teóricos e metodológicos que permitem o entendimento da Teoria dos Regimes Urbanos (TRU). A pesquisa ocorreu no âmbito do projeto Regimes Urbanos nas Metrôpoles brasileiras, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles-INCT. Com caráter essencialmente bibliográfico, a pesquisa nasceu da necessidade de entender como a TRU está inserida no conjunto epistemológico dos estudos urbanos. A quase inexistente difusão da TRU no Brasil tornou desafiadora a tentativa de destacá-la, para que suas contribuições metodológicas possam ser incorporadas às futuras pesquisas nacionais e para que fomentem o debate sobre o urbano.

Se no Brasil a TRU pode ser considerada praticamente desconhecida, ao contrário, nos países anglófonos, principalmente nos Estados Unidos, há mais de 30 anos a TRU tem sido amplamente utilizada nas análises de regimes de cidades americanas. Como veremos ao longo deste trabalho, diversos autores destacam sua capacidade explicativa de evidenciar como se dão as relações e associações da política local, materializadas por meio das relações entre governos e mercado. As coalizões entre o setor público e o privado são, por excelência, o objeto empírico da TRU. No entanto, seus teóricos advertem que, apesar da TRU ser adequada como recurso analítico no contexto das cidades norte-americanas, a "exportação" acrítica do modelo analítico para outras cidades fora dos Estados Unidos poderá comprometer sua validade explicativa. Apesar das recomendações, atualmente diversos estudos bem sucedidos, que serão posteriormente destacados neste trabalho, foram realizados em cidades europeias.

Para alcançar o objetivo proposto consideramos importante traçar um breve panorama das principais correntes teóricas que antecederam a TRU, ou que foram desenvolvidas concomitantemente. Não tivemos a pretensão de abarcar todas as correntes e o desenvolvimento histórico e geográfico dos Estudos Urbanos, mas destacamos que a revisão

aqui realizada permitiu-nos situar a TRU dentro do contexto teórico e metodológico mais amplo dos Estudos Urbanos.

Para tanto, tendo participado da equipe de trabalho do Observatório das Metrôpoles-INCT, procuramos destacar no desenvolvimento do trabalho as possibilidades, os avanços e os limites da Escola de Chicago, da Teoria Crítica, especialmente da Teoria da Máquina de Crescimento Urbano. Por último, destacamos as principais características e contribuições teóricas e metodológicas da TRU. Assim, buscou-se contribuir para a reflexão sobre a temática proposta a partir de um distanciamento crítico, para então desvelar as dificuldades e méritos, bem como os limites e contradições associados às diversas alternativas teórico-metodológicas em tela.

1. Contexto teórico metodológico que originou a teoria do regime urbano

1.1 A importância da Escola de Chicago como precursora das pesquisas sobre a cidade

O período entre as últimas décadas do século XIX e os anos de 1920 nos Estados Unidos foi marcado por imensas transformações sociais associadas ao vertiginoso crescimento industrial, a forte e acelerada urbanização e a imigração, principalmente europeia. Esses fatores desencadearam um grande aumento populacional, fazendo com que a cidade de Chicago se tornasse um vigoroso polo econômico, cultural e político. Em 1910, Chicago apresentava 2,1 milhões de habitantes, e consolidava-se como importante entreposto comercial e industrial. Foi dentro desse importante contexto histórico apontado que, na década de 1920, surgiu, nos estudos urbanos, a influência dos pensadores da distinguida Escola de Chicago sediada no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago.

As transformações sociais alavancadas pelo crescimento acelerado devido às migrações em massa, os altos índices de criminalidade, e os conflitos sociais e raciais associados à nova dinâmica urbana justificaram o uso da cidade de Chicago como um “laboratório vivo”. A Escola de Chicago foi a primeira “a tomar a cidade como ‘laboratório privilegiado de análise da mudança social’ e a formular uma concepção ‘especializada’ do social e, reciprocamente, socializada do espaço” (CUIN e GRESLE, 1994, p. 191 e 193 *apud* FRÚGOLI JR., 2005, p. 134). Como bem descreveu Carlos Martins (2013), a justificativa para essa escolha não foi trivial: a cidade passava por um forte processo de segregação étnico-social, desencadeada pelo processo de suburbanização, se construindo como uma metrópole impessoal através de uma

imponente arquitetura que refletia as mudanças nas estruturas produtivas. O referido autor destaca:

As mudanças de sua estrutura produtiva e o incremento do fluxo migratório impulsionou uma imponente arquitetura, multiplicou o número de subúrbios, engendrou um expressivo processo de segregação étnico-social e foi acompanhada, também, por tensões raciais, surgimento de gangues e de corrupção da máquina política dominada pelo Partido Democrata. A cidade de Chicago, ao se constituir como uma metrópole impessoal, marcada por um agudo processo de desigualdade social – diversa culturalmente, comportando uma variada gama de estilos de vida que plasmava a rotina de seus habitantes e desafiava o processo de adaptação da sua população migrante –, despertou a atenção intelectual de diversos atores sociais interessados em desvendar e reformar suas estruturas sociais e especialmente dos sociólogos (MARTINS 2013, p. 220, *apud* BRANDÃO LOPES, 2005, p. 24-52).

Dentre os expoentes da Escola de Chicago encontram-se os sociólogos William Thomas, Robert Ezra Park, Ernest Burgess e Louis Wirth. Dentre os expoentes citados, Park foi considerado o pai da Sociologia Urbana e, juntamente com Wirth, está entre os nomes mais destacados e reconhecidos da Escola de Chicago. Esses estudiosos foram discípulos da sociologia do francês Émile Durkheim e do sociólogo alemão Georg Simmel. Como grande intérprete da vida moderna com sua obra seminal, *A Filosofia do Dinheiro* (1908), Simmel foi o pensador precursor da Escola de Chicago. Também foi o autor do trabalho clássico fundador da Sociologia Urbana, *A metrópole e a vida mental*. Na referida obra, Simmel defende que a “complexidade, dimensão e heterogeneidade dos grandes centros urbanos modernos contemporâneos introduzem novas dimensões na experiência e comportamento humanos” (VELHO, 2009, p. 13).

Em sua microsociologia, Simmel sustentou que a sociedade urbana é resultante das interações criadas entre os indivíduos (atores sociais) e que a formação da sociedade ocorre pela interdependência e interação de reciprocidade, contato, e sociação. O autor parte do pressuposto que a base psicológica do homem foi alterada devido aos estímulos psicológicos recebidos na metrópole que tem em sua base a economia e psicologia monetária com o domínio do intelecto. Simmel abriu caminho para que os referidos pesquisadores conhecidos como sociólogos urbanos buscassem ir além das teorias sociológicas tradicionais na explicação dos fenômenos sociais que ocorriam principalmente nas grandes cidades. Com esse objetivo, elaboraram procedimentos teóricos e metodológicos que contribuíram no entendimento dos problemas relacionados ao fenômeno da urbanização. Nesse sentido, o

paradigma da Escola de Chicago apresentou a cidade não apenas como um espaço físico, mas como o resultado de forças sociais que com ela interagem.

De acordo com Velho (2009, p. 11) diferentes pensadores da Escola de Chicago “buscavam identificar e compreender as diferenças socioculturais dentro das grandes cidades em acelerado crescimento, que consideravam tão importantes de serem estudadas como as diferenças entre sociedades e culturas aparentemente mais distantes e exóticas”. William Thomas foi o primeiro dos pensadores da Escola de Chicago a unir teoria e pesquisa de campo, através de sua teoria social. Wirth publicou o livro *The Ghetto* (1927), que apresenta os grupos fechados e isolados socialmente; publicou também *On Cities and Social Life*. A principal contribuição desse pensador se refere à definição sociológica da vida urbana, *urban life*.

Burgess e Park escreveram um dos mais importantes livros teóricos da Sociologia, *Introduction to the Science of Sociology* (1921), considerado a bíblia da Sociologia. Park, influenciado por sua experiência como jornalista, e Wirth, ex-aluno de Simmel, ofereceram uma leitura espacial da cidade como espaço ou cenário privilegiado das relações sociais. Com influência positivista, o método elaborado pelos referidos pesquisadores, cunhado como “Ecologia Humana”, propõe o estudo da cidade como um organismo vivo, e o estudo dos grupos sociais, em uma perspectiva darwinista ou evolucionista. Nessa perspectiva, a sociedade é parte integrante de um sistema regido por leis naturais, e os problemas urbanos são entendidos como resultantes do desequilíbrio na competição entre grupos sociais pelo território da cidade.

No livro *The City* (1925) Park, Burgess e McKenzie, motivados a pesquisar a distribuição espacial e social dos grupos na cidade de Chicago (MARTINS, 2013), mapearam a cidade dividindo-a em zonas concêntricas, incluindo o distrito central de negócios, a transição (industrial, deterioração da habitação), habitação da classe trabalhadora (residencial e suburbana). O trabalho de Park ofereceu uma reflexão sobre a cidade por meio de duas dimensões constitutivas que se referem à organização física e à ordem moral, com forte preocupação em circunscrever espacialidades e territorialidades com características específicas e distintas. Park e Wirth buscaram evidenciar aspectos concretos da sociabilidade como convivência, interação, e socialização, em uma localização espacial precisa.

De acordo com o editorial do *American Journal of Sociology* (1938), a obra *Urbanism as a way of life*, de Wirth, foi muito além da mera descrição da estrutura física da cidade de Chicago, ou do seu produto econômico, ou das características culturais de suas instituições. Wirth defende a utilização de três características da cidade como recursos metodológicos para

a pesquisa urbana: crescimento populacional, heterogeneidade social, densidade populacional. Esses seriam os elementos-chave na contribuição do desenvolvimento peculiar de um *urban way of life*, bem como de uma distinta *urban personality* da cidade.

Cabe destacar que a Escola de Chicago, com grande diversidade de vertentes, e de pesquisadores, ainda teve influência do interacionismo, do pragmatismo, da fenomenologia, da ecologia, e mesmo do marxismo. Com variedade de objetos, linhas de investigação, interpretação e percepção da realidade, a Escola de Chicago, em toda sua diversidade, influenciou fortemente os estudos urbanos não apenas nos Estados Unidos, mas ao redor do mundo. A sua grande contribuição foi apresentar, tomando emprestada a definição do editorial do *American Journal of Sociology* (1938), “a cidade como entidade social”. Além do pioneirismo em mostrar a importância das relações entre teoria e empiria nas ciências sociais, ressaltou a necessidade de aproximação do objeto, com a introdução das variações do espaço urbano em toda sua capacidade explicativa das relações sociais.

Quanto ao embasamento teórico, Martins (2013) ressalta que os sociólogos da Escola de Chicago estabeleceram o debate com importantes pensadores como Durkheim, Simmel, Weber, dentre outros, que possuíam um interesse pela filosofia pragmática e que reconheciam o conhecimento não apenas como uma reflexão metafísica. Por outro lado, a Escola de Chicago sofreu críticas advindas principalmente do campo marxista da análise urbana, justificadas pela exacerbação da naturalização dos problemas sociais da cidade, ao negar, na visão dos marxistas, o conflito de classes, portanto, o caráter político das tensões e contradições na cidade. O caráter funcionalista da ecologia urbana, ou seja, o pensar a cidade do ponto de vista de suas funções ordenadas, organizadas, para cada função haveria um espaço específico e ordenado, sugeria uma ordem urbanística melhor que a outra, portanto, racional, maniqueísta ou dualista.

Do ponto de vista metodológico, pode-se destacar o método de observação participante. A Escola de Chicago contribuiu ainda para o desenvolvimento da fenomenologia e da etnometodologia. Com sua riqueza de detalhes, tal escola influenciou largamente não apenas correntes sociológicas, mas todo o pensamento acadêmico de outras disciplinas para citar algumas como: Antropologia, Psicologia Social, Comunicação e Geografia. Martins (2013) ressalta que o grande acervo de pesquisas da escola, acima mencionados, também contribuiu para a formação de profissionais para a administração pública.

Para Martins, a Escola de Chicago, além da forte preocupação com a mudança social, embora não fosse seu foco estabelecer bases epistemológicas, conseguiu integrar teoria e ação, demonstrando que houve:

Profícua relação entre a realização de pesquisas empíricas com ideias sociológicas, de tal forma que gradativamente organizou-se um programa de trabalho intelectual que procurou integrar teoria e pesquisa empírica. Num momento em que as fronteiras entre as disciplinas que constituem o universo das ciências sociais não haviam sido estabelecidas, os integrantes do Departamento de Chicago estabeleceram um constante diálogo com a filosofia, antropologia, educação e psicologia social e, através dessa postura, imprimiram uma dimensão interdisciplinar no trabalho intelectual, característica essa que contribuiu de forma significativa para o enriquecimento de suas pesquisas sociológicas (MARTINS, 2013, p. 224, *apud* DINER, 1975, p. 514-553).

Encerra-se esta seção com a defesa de Martins à Escola de Chicago:

Ao contrário da interpretação que procura assinalar o caráter ateuórico e ressaltar a inclinação empiricista do Departamento de Sociologia de Chicago, a agenda de trabalho desenvolvida no seu interior indica o interesse de seus docentes e alunos pelos movimentos intelectuais existentes no contexto do pensamento social (MARTINS, 2013, p. 228).

Vemos na próxima seção a formação do pensamento e corrente metodológica marxista que se opõem à Escola de Chicago na análise da problemática urbana.

1.2 O marxismo e a Teoria Social Crítica na análise urbana

Analisar o percurso dos estudos urbanos é importante para entender em que contexto epistemológico se insere o desenvolvimento da Teoria do Regime Urbano, bem como sua capacidade de contribuição para refletir sobre questões urbanas contemporâneas. A corrente de análise marxista¹, desenvolvida dentro da Nova Sociologia Urbana, também trouxe importantes contribuições teóricas e metodológicas, e, estabelece forte interlocução com a TRU. Portanto, consideramos oportuno resgatá-la brevemente, contudo, sem a expectativa de traçar uma arqueologia ou sistematização rígida na exposição da reflexão. Na interpretação de Neil Brenner (2010), Marx buscou com a crítica da economia política uma forma de crítica ideológica, um desmascaramento de mitos históricos, reificações e antinomias associadas ao

¹ Assumimos neste texto a concepção de Henri Lefebvre (2009), para quem o marxismo deve ser entendido como uma visão de mundo (denominada materialismo dialético) em que a concepção se estabelece com o surgimento das grandes indústrias e cidades industriais, com seu proletariado industrial, que exprimem o mundo “moderno” com seus problemas e contradições (Teoria das Contradições de Hegel), presentes na formação social e econômica capitalista.

conhecimento burguês. Para Brenner, tão importante quanto a crítica ideológica, foi o entendimento de Marx sobre crítica da economia política para além de uma crítica das ideias e dos discursos sobre o capitalismo, revelando uma crítica do capitalismo em si mesmo, e a busca de transcendê-lo. Dentro da concepção dialética, sua contribuição se refere a desvelar as contradições existentes na totalidade historicamente específica formada pelo capitalismo (BRENNER, 2010).

Nesse sentido, a Nova Sociologia Urbana trouxe como contribuição a Teoria Crítica Radical, construída por um grupo de “estudiosos urbanos radicais”, com orientação política de esquerda e uma abordagem crítica da sociedade. O momento histórico de suas análises foi a crise urbana decorrente da cidade industrial. Para Herbert Marcuse (2004), ser um intelectual radical na década de 1960 na sociedade ocidental significava ser marxista, o radicalismo em termos de teoria foi expresso como uma "rebelião" contra o paradigma dominante no campo de estudos urbanos, ou, em termos de metodologia, se traduziu no uso de técnicas de pesquisa não convencionais.

De acordo com Milicevic (2001), Gouldner (1980) interpretou a abordagem crítica na sociologia como um movimento intelectual de profunda insatisfação com o *status quo* que evidenciou um desejo de algo novo. Apesar de suas diferentes abordagens, os radicais apresentam em comum a ideia de que para alcançar uma sociedade melhor torna-se necessário uma mudança social drástica (MILICEVIC, 2001, p. 760).

Foi a partir de críticas aos estudos urbanos culturalistas da Escola de Chicago, que vigoravam à época, que diversos estudiosos da sociologia urbana americana e da sociologia francesa marxista, constituída entre as décadas de 1960 e 1970, iniciaram seus estudos. A teoria crítica distingui como fragilidade da corrente culturalista, a ausência de reflexões que considerassem determinantes econômicos, políticos e ideológicos nas análises sobre o urbano. A contraposição ao funcionalismo descritivo da Escola de Chicago, até então hegemônica, se dá por meio da percepção de que é necessário explicar a estruturação da cidade a partir das relações sociais de produção, bem como de determinantes e mecanismos estruturais, fenômenos, crises e processos vinculados ao modo de produção do sistema capitalista.

Como diversos autores fazem parte dessa vertente, concordamos com o agrupamento proposto por Brandão (2007, p. 9) que elenca os mais destacados entre eles: Henri Lefebvre, David Harvey, Peter Marcuse, Manuel Castells, Alain Lipietz, Doreen Massey, José Luiz Coraggio, Neil Smith, Edward Soja. Entre eles acrescentamos ainda o geógrafo Horacio Capel, e os

autores da sociologia urbana francesa, Christian Topalov, Jean Lojkin e Edmond Preteceille. Embora não seja nosso propósito mapear minuciosamente as diversas contribuições, bem como as proposições teórico-metodológicas trilhadas pelos diversos autores, apresentaremos algumas das principais proposições aportadas pela abordagem marxista.

Para Gottdiener (1980), as análises econômicas só devem ser consideradas marxistas caso contemplem a natureza social do capitalismo, pois as categorias marxistas são simultaneamente econômicas, sociais e políticas. Dentro dessa perspectiva o geógrafo integrante da corrente radical, crítica e marxista, David Harvey, destaca-se naquilo que identificou como sua tentativa dos últimos 40 anos de interpretar o urbano a partir das categorias marxistas. Na visão de Harvey, a urbanização como fenômeno de classe que mobiliza o excedente, possui estreita vinculação com o desenvolvimento do capitalismo. Harvey, em toda sua extensa obra, principalmente em sua obra mais substancial *The Limits to Capital* (1980), compartilha a aceção de Marx de que em um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas (força de trabalho e meios de produção), a contradição se estabelece, e as forças produtivas do momento histórico passam a ser obstáculo para a expansão capitalista, e, por isso, se estabelece o processo de “destruição criativa”. Nas cidades, o ambiente construído (capital fixo) presente no solo (indústrias, habitações, escolas, infraestruturas de transporte e comunicação), ao se tornar obsoleto, compromete a expansão dos objetivos e das atividades das frações capitalistas na e da cidade, tornando-se alvo de destruição.

Os estudos sobre os meios de consumo coletivo foram o foco de Manuel Castells. Durante a década de 1970, o sociólogo, autor de *The Urban Question* (1977) e *City, Class and Power* (1978), coloca em tela uma análise crítica dos modelos ou ferramentas teóricas utilizadas pela sociologia urbana, por ele entendida como ciência das novas formas de vida social que aparecem nas grandes metrópoles para explicação da urbanização. O referido autor teceu reflexões sobre a obra de Simmel, que propõe uma civilização metropolitana concebida como fonte eventual de desequilíbrio social e um novo tipo de personalidade (tipo humano metropolitano). Refletiu ainda sobre as obras de culturalistas da Escola de Chicago (Park e Wirth) nas quais a base do pensamento, como dito anteriormente, é o funcionalismo de inspiração durkheimiana.

Para Castells, Park equivocou-se ao transformar a cidade em um laboratório social (local de emergência de indagações) empírico ao invés de utilizá-la como fonte de explicação dos

fenômenos observados. Por isso, segundo Castells, toda a teoria só tem sentido se a transformação social for seu objetivo. Sua crítica desloca a ideia da problemática urbana centrada no desenvolvimento tecnológico como gerador da concentração urbana e que culminou na desorganização da cidade, e que, portanto, deveria ser organizada, como um processo funcionalista, naturalizado e acabado. Uma teoria sobre a cidade não poderia ser criada se ela fosse entendida como um produto acabado. O referido autor defendeu a ideia de analisar o urbano com o foco na sociedade.

Por outro lado, Castells reconheceu como importante contribuição o trabalho de Wirth que define os traços característicos de uma “cultura urbana”, concentra suas problemáticas sobre os seres humanos e sobre as especificidades de sua relação, a partir de uma definição sociológica da cidade e das características associadas a novas formas de vida social tais como dimensão, densidade, cidade/campo. Castells chama atenção para o entendimento do modo de vida como conjunto de uma estrutura social ao invés de uma naturalização da correlação empírica entre um conteúdo cultural e sua localização espacial. Com a inspiração marxista e estruturalista althusseriana, Castells propõe ainda conceitos e temas como consumo coletivo, ideologia urbana, a intervenção estatal e o crescente papel dos movimentos sociais que remetem às questões ambientais e à crise urbana para o entendimento da sociedade urbana no capitalismo avançado.

Edward Soja, assim como Harvey e Castells, relaciona o desenvolvimento capitalista à produção do espaço. Para embasar sua análise ressalta que a vasta obra e amplamente traduzida, do intelectual, filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre, em seus últimos 50 anos, foi permeada pela tentativa de explicar que o capitalismo “sobreviveu” e “cresceu” devido a sua capacidade de produção e ocupação do espaço por meio de um processo difuso e problemático de espacialização (SOJA, 1993). Soja sugere ainda que esse processo é fundamental para a própria existência do capitalismo e que a sua instrumentalização se dá por meio do desenvolvimento geograficamente desigual (SOJA, 1993)².

Henri Lefebvre influenciou profundamente a Sociologia, a Geografia e a Filosofia. Dentre suas cerca de 70 obras destacam-se: *O marxismo* (1960), *O direito à cidade* (1968), *Revolução urbana* (1970). Pode ser apontado como um dos grandes expoentes que se

² Devido aos limites deste trabalho propomos para uma discussão sobre a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, ver: Dunford, M.; Liu, W. (2017); Oliveira (1981).

dedicaram à compreensão de como o capitalismo consegue manter suas relações específicas de produção por meio da análise crítica da (re)produção das relações de produção. Para manter essas relações específicas, o capitalismo precisou modificá-las, e em alguns casos até mesmo destruí-las. Ao discutir a relação do mercado mundial com a economia política do espaço, Lefebvre (2008, p. 135)³ afirma que o mercado mundial, principalmente enquanto capital, se concretiza quando a economia política do espaço revela-o na superfície terrestre por meio de seus dispositivos.

Soja (1993, p. 228) complementa a visão de Lefebvre ao afirmar que o processo de internacionalização criou paradoxos, tornando-se necessário “estender-se para fora, do urbano para o global, e um estender-se para dentro, do global para o local urbano. [...] Mais do que nunca, a economia macropolítica do mundo está se contextualizando e reproduzindo na cidade”. Para Lefebvre (2008), as aglomerações urbanas não possuem apenas um elo de ligação com as grandes empresas, mas sim fazem parte delas, uma vez que fornecem, além da imensa força de trabalho, a logística e os transportes que são indispensáveis a sua existência.

Os estudos do sociólogo Preteceille evidenciam as relações entre as mudanças econômicas, a estrutura social e a segregação em Paris, a desigualdade social e as relações entre diferentes grupos sociais no contexto urbano. A contribuição do sociólogo Christian Topalov se refere aos estudos sobre os atores econômicos na urbanização capitalista e suas contradições. Em seus estudos a urbanização é analisada como uma forma de socialização das forças produtivas que implicam em contradições. No livro clássico *A urbanização capitalista*, de 1979, a cidade é interpretada em seu valor de uso complexo. O trabalho de Topalov ressalta que o papel da habitação na organização da fração do capital associado ao setor imobiliário é fundamental para o entendimento da urbanização capitalista. Outra importante contribuição aos estudos urbanos críticos é encontrada em Alain Lipietz, que dissertou em seus trabalhos sobre o modo de regulação social fordista no sistema capitalista, e seus rebatimentos ou crises no urbano, com a produção monopolista do espaço (LIPIETZ, 1994).

Horacio Capel, no artigo “Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español” publicado em 1974 e mais tarde com o livro *Capitalismo y morfología urbana en España*, de 1981, defendeu a ideia de que não são os cidadãos que definem os rumos e modelam a

³ Espaço e política é uma coletânea de artigos de Henri Lefebvre, originalmente publicados em 1972, na França, onde o filósofo, a partir da teoria marxista, propôs uma teoria sobre a problemática do espaço, particularmente da cidade e do urbano. Cf. LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville – suivi de espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

produção do espaço da cidade, mas sim o conjunto de agentes que nela atuam de maneira concreta, enumerados por ele, como: proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários, as empresas da construção civil, os órgãos públicos que figuram como árbitros dos conflitos que emergem entre os demais agentes, e atuam para superar as contradições.

Como parte desse movimento inserido nas discussões dos analistas marxistas, a Teoria da Máquina de Crescimento Urbano foi um marco nos estudos urbanos e desempenhou um papel chave para o desenvolvimento da Teoria do Regime Urbano. Por isso, a seguir refletimos sucintamente suas principais características que se tornaram a base das discussões sobre a luta pelo poder de conquista da agenda urbana por diferentes atores, principalmente pela elite rentista da cidade, que atuam na busca da troca dos valores de uso pelos valores de troca.

1.3 A Teoria da Máquina de Crescimento Urbano

A importância da cidade como força produtiva foi objeto central de análise do radical Harvey Lusk Molotch, em seu artigo “The city as a growth machine” (1976), que, com a contribuição de John Logan, culminou na escrita do livro *Urban Fortunes: the political economy of places* (1987). Na visão de Molotch e Logan (1987) o crescimento de uma cidade não pode ser atribuído apenas ao resultado de suas funções econômicas, mas também deve ser analisado como um objetivo da ação política. Deve ser visto como fruto das ações de uma coalizão das elites rentistas que enxergam o futuro da cidade de acordo com seus próprios interesses, e que dispõem de poder para fazer seus interesses acontecerem. As coalizões “transformam suas cidades, como unidades ativas e dinâmicas, em instrumentos para alcançar os objetivos de crescimento que irão aumentar suas fortunas. A cidade se torna, para todos os efeitos, uma ‘máquina de crescimento’” (MOLOTCH, 1976).

A coalizão pró-crescimento pode ser formada por diferentes agentes: políticos, mídia local, atores governamentais, as universidades, o turismo, equipes esportivas, sindicatos, profissionais liberais, pequenos varejistas e capitalistas corporativos. As cidades com elites fortes têm taxas de crescimento mais elevadas do que as que não têm, uma vez que o poder da elite estimula o crescimento, por meio de investimentos, e assim alteram as mais-valias fundiárias que retroalimentam e mantêm seu poder. Por outro lado, também existem coalizões anticrescimento que lutam contra a valorização imobiliária, os processos de gentrificação e mercantilização da terra urbana como *commodities*, ou moeda de enriquecimento.

Segundo a teoria, o mercado e o espaço são resultantes de uma construção social que está baseada na tensão entre os valores de uso e os valores de troca. Logan e Molotch se afastam da perspectiva econômica neoclássica, bem como da visão determinista marxista em busca de uma “autêntica sociologia urbana”. Em sua radicalidade, Molotch vai além do determinismo marxista defendendo que a cidade não é mero resultado das ações institucionais, mas é a própria máquina de crescimento, ou seja, a ligação estabelecida entre associações pró-crescimento e instituições governamentais para alcançar o crescimento da cidade determinará sua dinâmica intraurbana. O principal objetivo das coalizões pró-crescimento é lutar contra a regulação urbanística. A luta se justifica pela ideia de que para a cidade crescer a livre mão do mercado, ou seja, os empresários do mercado imobiliário local bem como seus associados, devem conduzir o desenvolvimento do solo urbano.

Dentro desse cenário, as desigualdades socioespaciais são simplesmente ignoradas, pois quando se materializam no nível local, a força do mercado, sem a correspondente avaliação coletiva, leva as comunidades a perderem o controle sobre o conteúdo, a localização e os desdobramentos da produção⁴. Portanto, a elite empresarial do lugar apresenta e promove uma renovação da agenda urbana estabelecida como um motor acelerado do desenvolvimento, com pouca ou sem nenhuma restrição. A elite local (especialmente a classe rentista) tende a ser menos preocupada com os impactos da agenda pró-crescimento e tem pouco ou nenhum apego ao lugar, quando comparado às classes médias e trabalhadoras, ao contrário, adaptam-se facilmente aos impactos negativos de seus empreendimentos para a qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, a Teoria da Máquina de Crescimento Urbano demarca o espaço geográfico e analítico do encontro dos interesses e contradições na cidade ao demonstrar como o capital se expande pela valorização imobiliária no urbano, geralmente com o apoio de um governante local (desregulamentação), com o objetivo da busca do lucro por meio do valor de troca potencializado pelo uso do solo. Dessa forma, as coalizões conformam a política urbana, influenciam fortemente os preços dos imóveis e determinam os usos da terra. Alteram ainda o crescimento das cidades, e impactam os ritmos da vida e a distribuição das fortunas em forma de lucro pelo monopólio da terra, uma vez que, diferentemente de outras *commodities*, a terra urbana não se reproduz, o que estimula a corrida por mais e mais áreas à espera de valorização na cidade⁵. A contradição permanece entre os valores de troca para o lucro e

⁴ Cf. BETANCUR (2002).

⁵ Cf. ALMEIDA & MONTE-MÓR (2017).

enriquecimento privado da classe rentista, sob a forma de renda exclusiva, e os valores de uso do lugar para seus habitantes (ARANTES, 2009).

Após a reflexão até aqui empreendida, a parte final desta reflexão pretende apresentar em linhas gerais os princípios da Teoria do Regime Urbano com o objetivo de demonstrar que tal teoria não se opõe ou exclui as demais correntes dos estudos urbanos, ao contrário, pode ser considerada como um aporte mais amplo de contribuição metodológica transdisciplinar para reflexão crítica teórica e empírica. Como bem resumiu Eugene McCann (2017):

His most established contribution is the growth machine concept, which emerged at an useful time. The 1970s and 1980s were an era of great ferment in urban studies. The ecological, liberal, neoclassical, and positivist perspectives of the Chicago School and its successors were being challenged by alternative perspectives inspired by Marxian, Weberian, and emergent postmodernist approaches. In various ways, these new critical and radical perspectives were concerned with the location and operation of power and with both explaining and changing inequalities in contemporary society. An elite theory of power that critiques mainstream pluralist understandings of urban politics, growth machine theory brought a number of helpful concepts to the center of debate (McCANN, 2017).

Nesse sentido⁶, torna-se necessário discorrer brevemente sobre a influência das discussões entre elitistas e pluralistas, advindas da Ciência Política. Discussão que influenciou tanto a Teoria da Máquina de Crescimento Urbano, que apresentamos nesta sessão, bem como a TRU, como veremos a seguir.

2. A Teoria do Regime Urbano: relações de poder interativas na cidade

2.1 Influência da Ciência Política na TRU: elitistas *versus* pluralistas

A Teoria do Regime Urbano (TRU) tem sua ascendência teórico-conceitual nos estudos da Sociologia Urbana em confluência com Ciência Política, nos Estados Unidos, como resgatamos na parte inicial deste trabalho. A gênese teórica e empírica da TRU também se encontra nos debates acadêmicos ocorridos em cidades americanas entre as décadas de 1950 e 1960. Havia naquele momento uma intensa discussão entre teóricos elitistas e pluralistas sobre o poder e a democracia no governo americano. O sociólogo Charles Wright Mills, integrante da Escola de Chicago, foi o mais importante dos teóricos elitistas dos Estados

⁶ Um dos maiores economistas do século XX, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi o criador da teoria da "destruição criativa", ancorada em Marx. Na referida teoria o sistema capitalista avança ao revolucionar permanentemente sua estrutura econômica, por meio da inovação tecnológica, que permite a substituição de antigos produtos por novos. O que gera ciclos de crescimento e implosão na economia capitalista. Cf. Moricochi, (1994).

Unidos, estando mais associado à Sociologia do que a Ciência Política. Suas obras *The New Men of Power* (1948), *White Collar* (1951) e *The Power Elite* (1956) ainda influenciam as leituras e fomentam os debates dos cientistas políticos nas discussões sobre o poder.

O último livro de Mills, *The Power Elite*, apesar das críticas recebidas, se tornou um clássico por apresentar de maneira crítica a estrutura e a distribuição de poder nos Estados Unidos, sem se valer da luta de classes como abordagem. Mills buscou se afastar daquilo que criticava e considerava como “determinismo militar”, “determinismo político” e “determinismo econômico”. Em seu trabalho, defendeu a ideia de que a estrutura de poder americana encontra-se na elite dominante presente em instituições influentes, ou seja, pessoas que ocupam as posições-chave em empresas, conglomerados, mídia, setor financeiro, setor militar, política, setor educacional, além de famílias tradicionais e celebridades, e, que além de partilhar o poder, comungam de valores e princípios relativamente comuns, e partilham dos mesmos círculos comuns de convivência como clubes, igrejas etc. (DOMHOFF, 2006). Apesar de destacar em sua obra que a política urbana dos governos concentra-se no topo, Mills reconhece que a estrutura de poder concentrada nas mãos de poucos privilegiados da estrutura social também se reproduz nos níveis mais intermediários e locais.

Na outra ponta do debate, em reação à Teoria da Elite, situam-se os pluralistas, mais associados à Ciência Política, para os quais o poder na democracia não se refere apenas a uma elite dominante, mas ao conjunto de poderes difusos ou dispersos na sociedade. A partir da década de 1950 iniciam-se os estudos voltados exclusivamente à análise da estrutura do poder local. O principal expoente da Teoria Pluralista foi o cientista político Robert Alan Dahl, considerado um dos maiores teóricos políticos contemporâneos, internacionalmente reconhecido por sua obra magna *Who governs: Democracy and Power in an American City*. Dahl, por meio do estudo de caso local da pequena cidade de New Haven, sob influência schumpeteriana, buscou entender se a democracia americana era plena ou se estava sob ameaça. Seus resultados mostraram que, diante dos processos decisórios, os indivíduos possuem a livre capacidade de influenciar a agenda local, o que refuta a visão determinista dos elitistas, dando origem a sua ideia de pluralismo e poliarquia.

Para Dahl, a poliarquia é um regime altamente permeável e descentralizado, que garante que a democracia seja preservada. Mas isso não quer dizer que há poliarquia em todas as democracias. Dahl reconhece níveis poliárquicos, a depender dos condicionantes históricos e sociais que pressionam (diminuem) a democracia e suas formas de expressão popular (DAHL,

1997). Para o autor, a democracia é “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 1997, p. 25). Dessa maneira, Dahl defende que um governo atende aos anseios de seus cidadãos se forem garantidas as seguintes oportunidades plenas: de formular suas preferências, de expressar suas preferências aos demais, ter suas preferências consideradas pelo governo. O caminho para democracia converge com maior competição e maior participação (DE ARRUDA e KERBAUY, 2016, p. 17). Assim, os pluralistas defendem a existência de várias elites e também diversidade dos grupos; por outro lado, para os elitistas existe apenas a unidade da elite.

O debate travado entre elitistas e pluralistas pela distribuição do poder local permeou as reflexões empreendidas pelos principais nomes da TRU. Como trabalhos mais significativos citamos os de Fainstein (1983), Elkin (1987), Stone (1989,1993), Mossberger e Stoker (1994), Stoker (1995), Harding (1996), Lauria (1997), e, John P. e Colen (1998). No entanto, dentre eles, destaca-se o cientista político, weberiano, Clarence Stone, considerado o pai da Teoria do Regime Urbano.

2.2 O que é a Teoria do Regime Urbano: coalizões, poder e agenda urbana

Ao refletirmos sobre como definir a TRU, após o esforço de resgate de toda a literatura visitada, pensamos ser importante destacar que ela se coloca como parte, e também resultado, do aprimoramento ou naturalização dos estudos sobre a cidade em diferentes análises que se estenderam ao longo do século XX. Portanto, como modelo analítico, a TRU buscou assimilar e transcender as contribuições dos diferentes campos metodológicos anteriormente explicitados. Refuta e ao mesmo tempo incorpora dimensões tanto das leituras sociológicas da Escola de Chicago quanto da Teoria Crítica, sobretudo estruturalista, também contida na Teoria da Máquina do Crescimento. Na abordagem da Ciência Política, a TRU buscou refutar as análises deterministas da Teoria dos Elitistas e dos Pluralistas.

A Teoria do Regime acrescenta que além das elites, ou do poder poliárquico, o estudo do poder comunitário deve incorporar a teoria marxista das coalizões. No entanto, na visão de Stone, ao contrário da Teoria das Coalizões, que está essencialmente focada na coalizão estruturada nas relações puramente econômicas que visam o crescimento urbano, a TRU deve estabelecer seu enfoque para além da articulação entre as duas teorias, acrescentando e centralizando seu foco no governo. Assim, a TRU acrescenta o papel institucional, dos agentes governamentais que, uma vez eleitos, irão estabelecer suas relações de parceria com agentes do setor privado na condução da política e na definição da agenda urbana. Stone

conseguiu centralizar sua análise entre as demais teorias ao considerar a política e o governo, assim como os pluralistas, e ao mesmo tempo por enfatizar o poder da propriedade privada, como os marxistas.

Para Hochschild (2008), Stone insiste na importância de relações interpessoais complexas nas cidades, a partir de seu profundo conhecimento de amplas e testáveis teorias analíticas da política existente em diferentes locais e arenas nos EUA. Mais do que revelar quem detém o poder, e sobre quem ele repousa, Stone centra-se em entender a interatividade do poder na cidade na construção e definição da agenda urbana. O poder local é visto por Stone como instrumento para viabilizar a realização dos objetivos da agenda, e principalmente como forma de diminuir ou aumentar (dependendo da coalizão estabelecida) o impacto das desigualdades socioeconômicas. Ainda na visão de Hochschild (2008), em Stone a dinâmica de classes passa a ser tão importante quanto à divisão birracial nas cidades americanas, apesar de defender o poder da raça e etnia na organização das estruturas, oportunidades e perspectivas nos EUA. Como observa Domhoff (2005), Stone estabelece a distinção entre “poder sobre” e “poder para” quando afirma que a TRU torna possível o entendimento de "aspectos menos visíveis" do poder. Na visão de Stone, os regimes são uma maneira de entender como atuam as comunidades políticas e como uma forma de atuação exclui outras.

Como cientista político, Stone iniciou sua teoria com a proposição de que a capacidade de um governo não é facilmente capturada pelo processo eleitoral efêmero. Os desafios de construir arranjos governamentais vão além da política “de balcão” ou “de varejo”, onde decisões e interesses particulares influenciam o governo de políticos eleitos. Por isso, torna-se importante sair da esfera das coalizões eleitorais e analisar a coalizão governamental. O que está em jogo é a habilidade de um governo construir sua capacidade de governar. O regime é definido como um arranjo (coalizão) mais ou menos estável para realizar ações. O regime permite o "poder para" estabelecer a capacidade de atuação frente aos problemas reais, a definição da agenda, bem como a mobilização de recursos para implementá-la, e a construção da coalizão. Molotch (1999), citado por Domhoff (2005), observa que Stone faz parte da tendência dominante nas ciências sociais que centra sua análise em uma forma institucional ao invés de declarar quem tem poder e o que eles fazem com ele.

É importante destacar que a ênfase de Stone em arranjos institucionais, recursos e formação de coalizões, diferencia sua teoria da Teoria da Coalizão Pró-crescimento proposta por Molotch. No entanto, seu pressuposto de entrada na discussão dos regimes partilha com a

Teoria da Coalizão o argumento de que o interesse dos agentes privados é aumentar o valor da terra. Stone acrescenta que a classe política urbana faz parte da coalizão, e por isso obtém, em contrapartida, o apoio necessário para os seus interesses sociais e econômicos, dentro das coalizões das elites pró-crescimento. Na visão de Domhoff (2006), essa interação fortalece a Teoria da Coalizão Pró-crescimento na medida em que acrescenta o papel das instituições e dos recursos na definição dos rumos da agenda urbana.

Stone defende sua ideia de compartilhamento de interesses com base na incapacidade das autoridades políticas realizarem uma mudança política. Stone (1993) argumenta – com base em diferentes autores como Skowronek (1982), Badie e Birnbaum (1985) e Skocpol (1985) – que quando se estuda o Estado é necessário ter em vista que, historicamente, ele emerge como entidade política com capacidade de atuação limitada e variável, nas diferentes áreas da política. No entanto, embora as discussões recorrentes sobre capacidade estatal estabeleçam seu foco na competência técnica e/ou no treinamento do corpo técnico do governo, Stone busca enfatizar um aspecto diferente da capacidade: o estímulo à cooperação de atores privados para responder aos desafios impostos pela reestruturação produtiva, como forma de mudar substancialmente as práticas sociais e econômicas, o que significa desenhar os recursos não governamentais.

A capacidade da coalizão governamental, como ressalta Stone (1993), também estará intimamente relacionada ao objetivo político a ser alcançado, pois a participação na governança dos atores que não são funcionários públicos está fortemente condicionada aos seus objetivos específicos. Caso contrário, os membros não governamentais não se sentirão contemplados pela agenda, e tendem a abandonar a coalizão deixando-a aberta à nova reconfiguração. De igual forma, se as ações forem factíveis, poderão abrir as portas para que outros atores com os mesmos interesses ingressem na coalizão. Assim, a TRU prevê que a efetividade de um governo local depende muito da cooperação com atores não governamentais, bem como da combinação resultante da relação entre a capacidade do Estado e os recursos não governamentais. Por isso, as políticas governamentais devem estar direcionadas para incorporar uma variedade de atores não governamentais (STONE, 1993).

Cabe destacar que quando Stone (1993) propõe a Teoria do Regime Urbano ele considera ser importante reconhecer que em sociedades liberais como os EUA, o setor público e o setor privado, apesar de estarem bem definidos conceitualmente, do ponto de vista empírico, não estão. Por isso, pode ser extremamente frustrante tentar estabelecer empiricamente uma clara

divisão entre ambos. O referido autor destaca que pode ser enganoso pensar uma distinção entre o público o privado, uma vez que na realidade americana, historicamente, o governo e as atividades comerciais estão fortemente interligadas, assim como estão fortemente associadas às atividades do governo com as atividades sem fins lucrativos. O que não significa dizer que o governo é uma instituição incompetente, e que os governantes e funcionários públicos não são capazes de dar suporte e mobilizar esforços em favor de objetivos sociais mais amplos. Ao contrário, significa enfatizar que muitas atividades e recursos necessários ao bem-estar social podem acontecer por meio da ação de atores não governamentais, e que essa atuação tem consequências políticas relevantes (STONE, 1993).

2.3 A proposta de Tipologia de Regimes idealizada por Stone

Como vimos na seção anterior, Stone (1993) inicia sua teoria argumentando que os governos locais não têm capacidade para governar sem estabelecer uma coalizão com um ou mais grupos que forneçam apoio. Desse modo, Stone distingue o regime, ou coalizão, do pluralismo ao afirmar que se trata de uma troca de recursos. O regime é visto por Stone como uma troca de recursos de longo prazo, que se assenta na colaboração interativa e não na hierarquia. Na agenda, que se caracteriza por um conjunto de metas específicas a serem cumpridas, os objetivos propostos desempenham um relevante papel na coesão do regime.

Diante de tamanha complexidade, Stone defende que os regimes podem variar de acordo com as tarefas requeridas pela agenda política do governo. Então, para que a coalizão se torne viável, a equipe do governo buscará construir arranjos que possam obter os recursos necessários à implementação da agenda, em função de seus objetivos. Stone (1993) propõe quatro representações de regimes (coalizões), sendo que três representações correspondem a tipos bem documentados em pesquisas realizadas sobre as cidades americanas. A quarta sugestão de regime é parcialmente hipotética e representa uma extensão parcial da experiência de algumas comunidades americanas, a saber: [1] Regimes de Manutenção; [2] Regimes de Desenvolvimento; [3] Regimes Progressistas; e [4] Regimes de Expansão de Oportunidades para a Classe Baixa.

O autor chama a atenção para o fato de que não propôs a tipologia para outras cidades fora dos Estados Unidos devido às diferenças estruturais das políticas de governo, e devido às relações estabelecidas entre os governos centrais e as localidades, as variações são intrínsecas

a diferentes dinâmicas que tornam a comparação entre nações e entre localidades distintas extremamente complexas. Além disso, reconhece que mesmo dentro dos Estados Unidos a tipologia representa simplificações, pois o objetivo da tipologia não é lançar luz a casos concretos, mas tão somente demonstrar que se a mudança política acontecer, os recursos irão corresponder às demandas propostas pela agenda. A seguir, os regimes serão considerados.

Regimes de manutenção

Nessa forma de regime não há esforços diretos e objetivos para mudar a prática social e econômica já estabelecida. Por isso, não se torna necessário mobilização de recursos privados, pois não há alterações substanciais de comportamento. O regime dessas cidades está relacionado à execução e prestação de serviços envolvidos na administração da rotina burocrática, sua demanda tem por objetivo apenas a aprovação nas urnas, ou seja, a manutenção do *status quo*, a participação popular é apenas ocasional. Geralmente, os regimes de manutenção exigem muito pouco dos funcionários públicos, mantêm baixos impostos que têm apelo e apoio popular. Nos EUA atualmente são pouco prevalentes, porque baixas demandas geram poucas recompensas. O regime de manutenção ocorre principalmente em cidades com características provincianas, onde o governo e seus funcionários renunciam à oportunidade de mudança e de se destacarem na política urbana, atuam em uma pequena arena urbana povoada por amigos e parceiros de longa data. Os atores não governamentais se contentam com as coisas da maneira que sempre estiveram, principalmente a elite decadente (STONE, 1993).

Regimes de desenvolvimento

O regime de desenvolvimento surgiu nos Estados Unidos no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1980. Stone considera que o regime se refere à mudança dos usos da terra para promover o crescimento. O regime de desenvolvimento resulta dos esforços do governo para estabelecer parcerias sociais e econômicas e tenta buscar investimentos privados para as ações públicas. As ações podem consistir de investimento e construção de facilidades públicas, alterações na lei, ou promoção de outros subsídios. Para Domhoff (2006), o regime de desenvolvimento tem como principal objetivo a expansão e o desenvolvimento urbano, mas para isso demanda enorme quantidade de recursos, o que demanda a participação da comunidade empresarial local, responsável pelo que Stone, baseando-se em Dahl, chamou de “poder sistêmico”. Stone (1993) ressalta que esse regime está frequentemente livre ou isolado do controle popular, porque não vem das demandas das

massas populares, por isso avança facilmente quando a resposta popular é passiva. O que ele basicamente requer é apenas a coordenação entre elites institucionais, com um conjunto pequeno de atores envolvidos, não é amplamente divulgado, pois pode significar a perda eleitoral devido à desaprovação popular; por isso, são anunciados como planos, porém com pouco detalhamento para a opinião pública.

Regimes progressistas da classe média

Stone também os nomeia por regimes progressistas, ou administrações de crescimento lento. No regime progressista o foco está na proteção ambiental, preservação histórica, na habitação acessível, ações afirmativas, ligação com fundos para diferentes funções sociais. O regime tem objetivos progressivos, as parcerias do governo se estabelecem não apenas com interesses dos empresários, mas também com outros interesses de atores *non business*. No regime progressista geralmente a in experiência dos atores *non business* torna a parceria mais difícil do que os parceiros de negócios, o que impacta na atratividade do investimento privado, que também não deixa de ser importante para implementar ações progressistas do governo. O regime está presente em cidades com eleitorado atento; nele, o suporte e a participação dos cidadãos e eleitores é fundamental. A informação dos cidadãos sobre a complexidade da política que envolve os objetivos progressivos é um grande desafio do regime; outra dificuldade é estabelecer objetivos sociais factíveis. Para os governantes é um regime em que as tarefas são mais difíceis que o regime de desenvolvimento, porque dependem do suporte popular e ao mesmo tempo coordenar as elites institucionais. Os recursos envolvem a capacidade de aumentar a capacidade organizacional para informar, mobilizar e envolver os cidadãos. Para Stone, nos regimes progressistas a agenda governamental tenta fazer um equilíbrio entre o valor de troca e o valor de uso por meio da regulamentação.

Regime voltado à expansão de oportunidades para a classe baixa

O Regime para classe baixa requer a expansão da educação, capacitação para o trabalho, melhor acesso ao transporte, aumento das oportunidades para negócios e proprietários de imóveis. Apesar de considerar o regime altamente hipotético, Stone o identifica com organizações comunitárias locais, que participam da coalizão governante. O autor cita como exemplos reais do regime apenas duas cidades: Chicago, na administração de Harold Washington⁷, e Baltimore, por meio da organização BUILD Baltimore. O regime voltado à expansão de oportunidade para a classe baixa se caracteriza, não apenas, por se preocupar em

⁷ Primeiro prefeito afro-americano eleito em 1983.

reivindicar serviços urbanos melhores, mas também por buscar expandir as oportunidades de inclusão social por meio de políticas de investimento em capital humano, além da ampliação do acesso ao emprego e à propriedade. Para Stone, esse regime produz ganhos econômicos e extraeconômicos, no entanto, o grande desafio do regime é conseguir organizar a comunidade para alcançar tais objetivos. Domhoff (2006) destaca que o regime voltado à expansão de oportunidade para a classe baixa exige forte e difícil mobilização popular. O que o torna "amplamente hipotético", devido à ausência de recursos nas classes mais baixas e aos problemas de coordenação. O autor destaca ainda que além do alcance limitado, o regime é dependente do financiamento de corporações, fundações, governo federal e estadual.

Stone conclui sua análise com a ideia de que a escolha política e ação política não são estabelecidas por meio de decretos, por isso, desafios da agenda como promover o desenvolvimento, avanços progressistas e a expansão de oportunidades para a classe baixa requerem a mobilização de recursos proporcionais à responsabilidade tomada pelo governo. Destaca também que existe um papel atribuído à reflexão e à deliberação que não se refere apenas à escolha de objetivos desejáveis. Por isso, poderia levar a estabelecer uma forma de cooperação frutífera entre setores governamentais e não governamentais; por isso, tratar inadequadamente essas questões pode significar o abandono de objetivos sociais virtuosos. Nesse sentido, Stone sugere que o primeiro passo para o entendimento dessa questão é o fato de que é inadequado que a autoridade governamental se isole, e a Teoria do Regime mostra a razão; outro passo seria o abandono da noção de que a governança é resultante da aglutinação de preferências políticas relativamente estáveis. Ao contrário, essas preferências são fluidas e dependem de um ambiente de apoio para avançar.

Stone enumera duas barreiras no alcance das respostas: uma é a dificuldade de promover a mudança política e a outra é a tendência à formação de coalizões guiadas pela disponibilidade de incentivos materiais seletivos. Por fim, defende que a liberdade consiste em ser capaz de exercer a escolha, e requer, no caso das cidades americanas, a construção de agendas amplas. Além disso, para Stone o papel do governante é ir além da ideia de cidade como espaço físico que sustenta o desenvolvimento, e deve incluir no governo arranjos não empresariais com elementos da comunidade na governança. O limite da autoridade formal reside no vácuo que pode ser preenchido pelos interesses comerciais que possuem recursos disponíveis para preencher. Por isso, a existência de regimes progressistas depende da capacidade local para o suporte de formas alternativas de cooperação cívica que indiquem a capacidade do regime de

perseguir uma agenda mais inclusiva. A grande questão, para Stone (1993), se refere a como e de que forma vai se estabelecer a relação entre o setor governamental e não governamental.

3. Anatomia metodológica da Teoria dos Regimes Urbanos

Como destacamos nas seções anteriores, a Teoria do Regime Urbano foi aplicada inicialmente ao contexto específico do desenvolvimento urbano de cidades americanas. Portanto, sua capacidade explicativa deve ser considerada observando o contexto histórico específico de desindustrialização, entre o final da década de 1970 e a década de 1990, período no qual muitas cidades perderam empregos industriais e população. Por isso, a saída encontrada por muitas delas foi a reestruturação econômica, caso contrário não dariam resposta aos problemas decorrentes das transformações na economia americana. Além do caso emblemático de Atlanta, analisado por Stone (1989, 2001), outros estudos de cidades americanas também se destacaram, tornando a TRU amplamente replicável em estudos de caso das cidades estadunidenses.

Tomando emprestado o título da obra de Karl Polanyi, *A grande transformação*, Savich e Kantor (2002) analisaram como os processos de desindustrialização, desconcentração e globalização, colocaram as cidades em trajetórias de mudança em sua estrutura e dinâmica de desenvolvimento econômico. A mistura inusitada de desafios globais e responsabilidades locais criou termos como “glocal” e “glocalização”. Segundo os referidos autores os governos têm respondido a esses desafios de várias maneiras diferentes, tomando decisões estratégicas a respeito do tipo de sociedade que desejam. Em alguns lugares diferentes ações têm sido tomadas com o intuito de atrair investimentos e grandes eventos globais. Em contrapartida, existem também localidades que resistem às demandas do mercado global.

Destacamos aqui a contribuição de Savich e Kantor (2002), que realizaram um estudo de caso dos regimes urbanos presentes em dez cidades, da América do Norte e Europa Ocidental entre 1970 e 2000. Os autores defendem a tese de que há uma grande influência e interação entre a política econômica e os fatores socioeconômicos, o que ajuda na explicação das variações no desenvolvimento das políticas urbanas. Além disso, a referida interação também demonstra como as cidades mobilizam diferentes tipos de recursos para obter influência de barganha. Buscaram então como método de pesquisa responder a seguinte questão: como funciona a barganha? Para tanto, inicialmente realizaram uma descrição da maneira como as cidades estudadas foram afetadas pela "Grande Transformação", e apresentaram uma leitura sobre a economia política do desenvolvimento urbano das cidades estudadas. Em seguida, aplicaram

o modelo teórico seguindo três etapas de investigação: identificação dos diferentes tipos de desenvolvimento de políticas; pesquisa sobre a estratégia de comportamento das cidades; e exame da interação entre estrutura e agência.

Savich e Kantor (2002) acreditam que, ao longo dos 30 anos estudados, as diferenças nas políticas de desenvolvimento entre cidades decorreram de diferentes modelos de barganha estabelecidos nas relações de parcerias entre o poder público e o mercado, na busca do desenvolvimento econômico urbano. Afirmam ainda que ambientes de barganha (contexto dirigista, contexto empresarial e contexto público-privado) determinam dois tipos de políticas de desenvolvimento contraditórias, uma voltada às “estratégias social-centradas” e a outra voltada às “estratégias mercado-centradas”. Essas estratégias serão influenciadas de acordo com o peso dos valores econômicos e sociais na construção das políticas. No entanto, os referidos autores sugerem que pode ocorrer uma mistura e combinação entre as duas políticas, ou seja, um modelo híbrido, porque frequentemente governos adotam direções inconsistentes no desenvolvimento das políticas, o que torna a análise mais complexa. As variáveis responsáveis por essa complexa interação são chamadas de Variáveis de Estrutura – *Condução* (condições de mercado e suporte intergovernamental) – e Variáveis de Agência – *Direção* (controle popular, cultura local).

A variável condição de mercado é determinada pela economia política da cidade, ou seja, elementos que revelam como a cidade está inserida na divisão espacial do trabalho regional, nacional e internacional. São analisadas as mudanças nos setores secundário e terciário. Para tanto, são comparados dados estatísticos dos últimos 30 anos – crescimento populacional, forças de aglomeração, níveis de escolaridade, participação da mão de obra civil em comparação à nacional e números de escritórios –, para identificar como a cidade vem se comportando diante da “Grande Transformação”.

A outra variável de condução, suporte intergovernamental, se refere à complexidade da economia e da política na urbanização, ou seja, como o Estado, em suas diversas instâncias de governo, atua principalmente através do planejamento para facilitar ou dificultar a entrada do capital na cidade, com vistas ao desenvolvimento econômico. Parte-se do pressuposto que os agentes de mercado não operam autonomamente, mas, ao contrário, fazem parte do ambiente ou jogo político. Nesse sentido, o que se analisa, grosso modo, é o grau de inserção e integração (vertical e horizontal) da cidade nos sistemas de governança dentro da hierarquia

de poder local, regional (metropolitano) e nacional. Além disso, é analisado o poder de barganha local da cidade frente aos demais níveis de governo.

Ao contrário das variáveis de Estrutura ou Condução cujas características são exógenas, porque dependem essencialmente de elementos externos, as variáveis de Agência ou Direção, estão relacionadas ao comportamento dos cidadãos locais e aos seus modos de vida, ou seja, como a população local responde às demandas colocadas pelas condições de mercado, ou ainda, como a agência responde às questões de estrutura. A variável Controle Popular se refere à disponibilidade de possibilidades de participação da população local nas instituições e na vida política da cidade. O controle popular pode ser caracterizado como ativo ou passivo, de acordo com fatores como: se a política é monopolizada por grupos de controle ou competitiva entre os grupos; se há ausência ou efetiva participação no acesso à política pelos cidadãos; se a vida cívica está presente ou é escassa na cidade; se há controle partidário ou diversidade de grupos políticos; se há baixa ou alta participação eleitoral, se há fraca ou alta oposição política. Geralmente, cidades com alta participação popular têm alto “poder de barganha”.

A variável Cultura Local relaciona-se a valores, ou à maneira como os cidadãos se orientam e concebem seus objetivos para dar prioridade às suas escolhas nos diferentes aspectos do desenvolvimento, ou seja, as normas, as escolhas e os caminhos culturais que prevalecem, e se revelam na história da cidade, principalmente no ambiente construído. A Cultura Local pode ser materialista ou pós-materialista. A cultura materialista enfatiza os interesses e necessidades individuais e traz um desenvolvimento visível, por meio de iniciativas fragmentadas; muitas vezes usam o poder da máquina pública para a criação de empregos, salários, contratos e muitas vezes sacrificam a qualidade ambiental para construir estradas, gerar emprego, isto é, está mais relacionada aos interesses econômicos. Nas cidades de cultura materialista a corrupção é socialmente aceita, a base social de seus trabalhadores têm baixos níveis de escolaridade, e o número de moradores por domicílio é elevado. Cidades materialistas têm menor poder de barganha. Por outro lado, ao contrário do relatado anteriormente, as cidades pós-materialistas têm seus objetivos indivisíveis, centrados em valores e interesses coletivos, e o planejamento tem um viés intervencionista e participativo baseado em valores culturais e ambientais. Sua base social têm altos níveis de escolaridade, o desenvolvimento é amplamente debatido, apresentam baixos níveis de pobreza, com pequenas famílias por domicílio, e grande parte dos trabalhadores pertence à classe do “colarinho branco” (SAVICH E KANTOR, p. 50-88).

Nesse contexto, ao observarem a interação das forças econômicas, políticas e culturais nas dez cidades analisadas, Savitch e Kantor (2002) verificaram como as variações dos regimes locais estão relacionadas às variações dos tipos de interesses representados, às agendas políticas que ascendem e às decisões que são tomadas. Dessa forma, os referidos autores concluem que “vários tipos de regimes locais de governo estão relacionados às pressões externas e como essas pressões entram na produção das escolhas políticas” (SAVITCH e KANTOR, 2002). Assim, a capacidade de uma cidade de atrair capital para investimentos dependerá da sua posição no mercado (atratividade), bem como da assistência que recebe dos governos nacional, estadual ou regional. A existência ou não de fatores como acesso político, regulações de planejamento, assistência intergovernamental e suporte financeiro impactam profundamente os termos de cooperação de investidores privados.

Por fim, é necessário ressaltar que muito se avançou a partir das reflexões dos regimes urbanos, no sentido de apontar seus limites e desafios, dentre eles a “armadilha do localismo”⁸ na escala local, e as demais reflexões posteriores realizadas por Stone e seus contemporâneos, em que reconhecem os limites da TRU, e sugerem outras possibilidades analíticas e conceituais, como, por exemplo, o conceito de governança que se desenvolveu posteriormente, ou ainda, a ideia de “ordem política urbana” (*urban political order*), uma reformulação da TRU desenvolvida recentemente por Stone (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar nos limites deste trabalho as contribuições teóricas e empíricas dos principais estudos urbanos, buscamos refletir como os paradigmas em tela, com todos os seus limites e avanços, conformaram e influenciaram o conhecimento sobre a realidade das cidades e a apreensão teórica e metodológica do urbano.

A Escola de Chicago, precursora dos estudos urbanos, tornou a cidade um laboratório de estudos e expôs de maneira magistral os conflitos étnicos, religiosos, culturais, engendrados no processo de suburbanização das cidades industriais fordistas dos Estados Unidos. Seus principais expoentes, como Wirth e Park, buscaram por meio de teorias e conceitos

⁸ Imbroscio (1998) e Di Gaetano (1997), teóricos que privilegiam em seus estudos a análise econômica estruturalista, afirmam que a TRU torna a análise dos regimes essencialmente local, baseada nas relações políticas locais, e que, por isso, questões relacionadas às dinâmicas econômicas de outras escalas, ou seja, as forças de mercado são ignoradas nos estudos de desenvolvimento urbano. A "armadilha" se refere à ingenuidade de pensar que as questões de desenvolvimento urbano poderão ser entendidas apenas a partir do contexto político, e das coalizões locais. Até mesmo Stone (2015) reconhece que, atualmente, as coalizões estáveis são cada vez mais raras nas cidades.

restabelecer a “ordem natural”. A análise urbana foi pautada na observação e descrição dos fatos sociais da jovem Metrópole, portadora de problemas, como os da segregação e da criminalidade. Com seu empiricismo, principalmente pelo método da observação participante, os estudos da Metrópole revelaram os limites da ação do capital industrial quando ele se assenhorou do espaço urbano. Com grande rigor científico, as pesquisas empíricas desvelaram também as contradições e conflitos da sociedade urbana-industrial. Contradições que foram apontadas, mais tarde, pela corrente crítica, como reflexos do desenvolvimento geográfico desigual e combinado. Por outro lado, apesar de suas grandes contribuições teóricas e metodológicas, que ainda se fazem presentes, sobretudo, nos estudos da fenomenologia e da etnometodologia, a Ecologia Urbana foi fortemente criticada pelos estudiosos marxistas, que a consideravam insuficiente para responder às rápidas transformações do capitalismo industrial do início do século XX. Foi responsabilizada por reduzir e naturalizar as relações humanas e por desconsiderar em seu objeto de estudo as relações de produção.

Buscamos neste capítulo mostrar como a crítica à Ecologia Urbana fez nascer o paradigma da Teoria Crítica, ancorada no radicalismo, e no estruturalismo marxista, e se opôs à naturalização dos problemas urbanos. A (re)produção do espaço urbano passou a ser entendida como decorrente das relações sociais de produção, bem como pela crise urbana provocada pela industrialização, e também pelas contradições e crises inerentes ao sistema capitalista. O aporte metodológico dos teóricos marxistas introduziu, para explicar a crise da cidade industrial, temas como: o papel do estado capitalista; a economia política da urbanização; os meios de consumo coletivo; os movimentos sociais; o ambiente construído; a cidade como máquina de crescimento urbano. O legado da Teoria Crítica colocou no centro do debate acadêmico a cidade fordista-keynesiana e posteriormente a cidade pós-fordista. Ainda hoje, mesmo que criticada pelos pós-modernistas, a Teoria Crítica é considerada por David Harvey como a principal e mais poderosa ferramenta explicativa disponível para apreensão da expansão capitalista no espaço urbano, que não apenas é palco, mas também, força propulsora da expansão.

Nascida nesse contexto epistemológico, a TRU se revelou como um importante modelo metodológico para a compreensão das transformações na organização do espaço produtivo mundial e das consequências e rebatimentos da crise urbana. A contribuição dos regimes reside na possibilidade de introduzir a dimensão da política local, o papel das instituições, do mercado e dos governos em suas relações intergovernamentais. A associação entre o público e o privado passou a ser incorporada à análise urbana. Os estudos sobre a formação de coalizões

de poder que estão em disputa pelo controle da agenda urbana têm fomentado o debate de como as cidades se adequaram às transformações do Estado Capitalista, para o Estado Competitivo schumpeteriano, quando o Estado de Bem-Estar dá lugar ao Estado Neoliberal.

Procuramos destacar que a TRU também apresenta limites em sua abordagem, e recebeu críticas dos estruturalistas pelo excesso de atenção às disputas políticas locais, o que poderá, de certa forma, camuflar outros elementos associados a questões estruturais mais amplas, relativas às outras escalas analíticas, que também influenciam o desenvolvimento urbano econômico e social. Outras escalas que poderão ser objeto de trabalhos futuros. Obviamente, muito se avançou no sentido de apreender e interpretar o urbano em toda sua complexidade e totalidade em todas as correntes teórico-metodológicas. Nesse sentido, buscamos aqui, nos limites deste trabalho, tão somente ressaltar que dentro de cada perspectiva histórica e geográfica aqui enunciadas, as escolas e a Teoria Urbana não estiveram e não estão imunes à interação metodológica entre as diferentes correntes interpretativas da cidade e do urbano. Ao contrário, revelam-se, embora de maneira não linear, ou naturalizada, extremamente articuladas, como parte dos avanços na divisão do trabalho científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. P.; MONTE-MÓR, R. L. D. M. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. *Brazilian Journal of Political Economy*, 37 (2), p. 417-436, 2017.

ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos-CEBRAP*, (83), p. 103-127, 2009.

ARRUDA, L. R. V. de.; KERBAUY, S. T. M. Estudos sobre elites políticas e poder local. *Revista Política Hoje*. ISSN: 0104-7094, 25(1), p. 11-40, março, 2016.

AMERICAN JOURNAL OF SOCIOLOGY, vol. 44, n. 1, p. 1-24, 1938. Disponível em: www.jstor.org/stable/2768119. Acesso em: dezembro 2019.

BETANCUR, J. J. The Politics of Gentrification: The Case of West Town in Chicago. *Urban Affairs Review*, v. 37, n. 6, p. 780-814, jul. 2002.

BRANDÃO, C.; COSTA, E.; ALVES, M. *Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder*. Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, p. 1-25, 2007.

BRENNER, N. O que é a teoria crítica urbana. *Revista eletrônica e-metropolis*, ano 1, 2010.

CAPEL, H. S. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, Barcelona, ene./dic.1974, vol. VIII, n. 1/2, p. 19-56.

CAPEL, H. S. *Capitalismo y morfología urbana en España*. Barcelona: Amelia Romero, 1981.

CASTELLS, M. City, class and power. In: *City, class and power* (p. 167-173). London: Palgrave, 1978.

COELHO, E. P. É ainda possível uma teoria crítica? *Jornal Público*. Portugal, 15 de julho de 2000. Disponível em: <https://www.publico.pt/2000/04/15/jornal/e-ainda-possivel-uma-teoria-critica-142680>. Acesso em: dezembro de 2019.

CUIN, C. H.; GRESLE, F.; HERVOUET, R. *Histoire de la sociologie*. De 1789 à nos jours. Paris: La Découverte, 284, Coleção Grand Repères Manuels, 2017.

DAHL, R. A. *Who governs? Democracy and power in an American city*. Connecticut: Yale University Press, 2005.

DI GAETANO, A. Urban governing alignments and realignments in comparative perspective: developmental politics in Boston, Massachusetts, and Bristol, England, 1980-1996. *Urban Affairs Review*, 32(6), p. 844-870, 1997.

DOMHOFF, G. W. *Mills's the power elite 50 years later*. In: *Contemporary Sociology*, v. 35, n. 6, p. 547-550, 2006. JSTOR, www.jstor.org/stable/30045989.

DOMHOFF, G. W. The shortcomings of rival urban theories. *Online publication (WhoRulesAmerica.net)*. 2005. <http://sociology.ucsc.edu/whorulesamerica>.

DUNEIER, M.; MOLOTCH, H. Talking city trouble: interactional vandalism, social inequality, and the "urban interaction problem". *American Journal of Sociology*, 104(5), p. 1.263-1.295, 1999.

DUNFORD, M.; LIU, W. Uneven and combined development. *Regional Studies*, v. 51, n. 1, p. 69-85, 2017.

ELKIN, S. *City and regime in the American republic*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

FAINSTEIN, N. I.; FAINSTEIN, S. S. Regime strategies, communal resistance, and economic forces, (p. 245-82). Longman, 1983.

FRÚGOLI JR., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, 48(1), p. 133-165, 2005.

IMBROSCIO, D. L. Reformulating urban regime theory: The division of labor between state and market reconsidered. *Journal of Urban Affairs*, v. 20, n. 3, p. 233-248, 1998.

JOHN, P.; COLE, A. Urban regimes and local governance in Britain and France: policy adoption and coordination in Leeds and Lille. *Urban Affairs Review*, v. 33, n. 3, p. 382-404, 1998.

HARDING, A. Urban Regimes in a Europe of the Cities? *European urban and regional studies*, 4(4), p. 291-314, 1997.

HARVEY, D. *The limits to capital*. New York: Verso books, 2018.

HOCHSCHILD, J. L. Clarence N. Stone and the study of urban politics. In: *Power in the city: Clarence Stone and the politics of inequality*. Edited by Marion Orr and Valerie Johnson. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 2008, p. 317-334.

LAURIA, M. (Ed.) *Reconstructing urban regime theory*. New York/London: Sage, 1997.

LEFEBVRE, H. The right to the city. In: KOFMAN, E.; LEBAS, E. (Eds.) *Writings on cities*. Cambridge/MA: Wiley-Blackwell, 1996.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 192 p., 2008.

_____. *The urban revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

LIPIETZ, A. Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana. *CADERNOS IPPUR/UFRJ*, 9, 1994.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. The city as a growth machine. 1987. Reprinted in: Fainstein S. and Campbell S. (Eds.) *Readings in urban theory*, 2nd ed., 2002, p. 199-238. Blackwell, Oxford.

MARCUSE, H. *The new left and the 1960s: collected papers of Herbert Marcuse* (Vol. 3). London: Routledge, 2004.

MARTINS, C. B. C. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920-1930) na constituição do interacionismo simbólico. *Sociedade e Estado*, 28(2), p. 217-239, 2013.

MCCANN, E. Harvey Molotch. Simon Fraser University McCann, E. Harvey Molotch. In: KOCH, R.; LATHAM, A. (Eds.) *Key Thinkers on Cities*. London: Sage, p. 171-176, 2017.

MILICEVIC, A. S. Radical intellectuals: what happened to the new urban sociology? *International Journal of Urban and Regional Research*, 25(4), p. 759-783, 2001.

MILLS, C. W.; SCHNEIDER, H. *The new men of power: America's labor leaders*. University of Illinois Press, 2001.

MILLS, C. W. *The power elite*. London: Routledge, 2018.

MOLOTCH, H. The city as a growth machine: toward a political economy of place. *American Journal of Sociology*, 82(2), p. 309-332, 1976.

MORICOCHI, L.; GONÇALVES, J. S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. *Informações Econômicas*, São Paulo, 24(8), p. 27-35, 1994.

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W. *The city*. University of Chicago Press, 2012.

SAVITCH, H. V.; KANTOR, P.; VICARI, S. H. *Cities in the international marketplace: the political economy of urban development in North America and Western Europe*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

SKOWRONEK, S. *Building a new American state: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920*. Cambridge University Press, 1982.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

STOKER, G.; MOSSBERGER, K. Urban regime theory in comparative perspective. *Environment and planning C: government and policy*, 12(2), p. 195-212, 1994.

STOKER, G. Regime theory and urban politics. In: JUDGE, David; STOKER, Gerryand; WOLMAN, Hal (Eds.) *Theories of Urban Politics*. USA: SAGE Publications, 1995.

STONE, C. N. *Regime politics: governing Atlanta, 1946-1988*. University Press of Kansas, 1989.

STONE, C. N. Urban regimes and the capacity to govern: a political economy approach. *Journal of Urban Affairs*, 15(1), p. 1-28, 1993.

STONE, C. N. The Atlanta experience re-examined: the link between agenda and regime change. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25(1), p. 20-34, 2001.

STONE, C. N. Reflections on Regime Politics: From Governing Coalition to Urban Political Order. *Urban Affairs Review*, 51(1), 101-137, 2015.

TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. México: Edicol, 1979.

VELHO, G. Antropologia urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. *Sociologia, problemas e práticas*, (59), p. 11-18, 2009.

WIRTH, L. Editors' Introduction. In: Urbanism as a Way of Life. *American Journal of Sociology*, 44(1), p. 1-24, 1938.